



O PPA de Pernambuco e as políticas para as mulheres

Comparativo entre Propostas do Movimento de Mulheres de Pernambuco, Resoluções da II CEPM¹ e PPA estadual 2008 – 2011.

Verônica Ferreira e Rivane Arantes

25 maio 2011

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos da gestão governamental mais importantes para a sociedade. É onde os governos organizam a sua ação político-administrativa para a realização das políticas públicas nos 04 anos subsequentes. Isso quer dizer que as ações não planejadas nesta etapa do ciclo orçamentário, não mais poderão ser incluídas nele, e não terão, portanto, orçamento para execução posterior.

Sendo um plano de governo, a elaboração do PPA é uma responsabilidade das gestões municipais, estaduais e nacional que, ao se denominarem do campo democrático, deverão construí-lo num processo que respeite, sobretudo, o princípio democrático da participação. Para isso ter consequência é preciso que os governos criem uma metodologia de elaboração do PPA favorável à participação dos movimentos sociais e à incorporação das resoluções das conferências e das propostas dos respectivos conselhos de políticas públicas. Com isso, os governos elaborarão uma peça orçamentária e a submeterão ao poder legislativo em cada esfera política.

Diante da importância do PPA para a implementação das políticas públicas, com vistas a realização de nossos direitos humanos, apresentamos este balanço do PPA 2008-2011 do estado de Pernambuco, sobre o grau de institucionalização das demandas das mulheres nas políticas públicas nesse período, na intenção de que possa ser um subsídio útil à análise do Movimento de Mulheres, na construção de sua estratégia de incidência, nesse novo processo de construção do PPA de Pernambuco para o próximo quadriênio (2012-2015).

¹ CEPM – Conferência Estadual de Política para as Mulheres

Nosso método consistiu em um comparativo entre:

1. Os eixos definidos pelo movimento de mulheres em PE na disputa da II CEPM (documento de propostas 2007)
2. As resoluções aprovadas na II CEPM e que estão relacionadas a estas prioridades (anais da II CEPM 2007)
3. Os programas e ações do PPA dos órgãos responsáveis pela execução de cada política (PPA 2008-2011).

No PPA, buscamos as ações específicas para as mulheres, não se considerando os possíveis impactos das ações gerais na vida das mulheres.

Na análise de contexto do PPA, os problemas prioritários definidos pelo Governo para o período foram:

- Enfrentamento à violência contra as mulheres,
- Redução da mortalidade materna
- e Inserção produtiva e qualificação para o trabalho.

Os eixos analisados nesse estudo foram:

- Fim da violência contra as mulheres
- Trabalho e previdência social
- Saúde
- Moradia e Saneamento
- Educação
- Terra, Agroecologia e Segurança alimentar e nutricional
- Participação política

Fazendo um comparativo entre o PPA 2008/2001 e o Balanço do Realizado apresentado pelo próprio Governo¹, constatamos que a única ação visibilizada no campo das políticas para as mulheres foi o Programa Mãe Coruja, que atingiu 10 regiões do estado.

¹ Disponível no página do “Todos por Pernambuco” (<http://www.todosporpe.com.br/realizacoes/>).

Eixo: Violência contra as Mulheres

Documentos analisados: PPA da SDS, Sec. De Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria Especial da Mulher.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
Políticas: - promoção de cultura de respeito à diversidade; - combate à dominação patriarcal, racista, sexista, xenofóbica	Resoluções: 226, 252, 257	--
Políticas de promoção de autonomia financeira	Resoluções: 262	-
Formação de profissionais da segurança e justiça para atender aos crimes de racismo	-	-
Políticas que transformem as instituições de ensino para construir relações igualitárias de gênero/raça/classe	Resoluções: 216	-
Políticas: - prevenção e erradicação da VCM - combate ao tráfico de seres humanos - criação de sistema de prevenção e vigilância com controle social	Resoluções: 213,220,221,241,246,247,248,251,255,256,263	Ação 2297 – Desenvolvimento e descentralização das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas; Programa 0463 – Enfrentamento à violência contra a mulher. Ação 2448 – Atenção à mulher vítima de violência doméstica Ação 2656: Manutenção das ações de combate à violência doméstica.
Ampliação da rede de referência, interiorização e integração	Resoluções: 214, 215, 217, 218, 219, 230, 231, 232, 235, 236, 238	Ação 2386: Ampliação das ações de combate à violência contra a mulher, idoso e grupos vulneráveis; Ação 2451: Capacitação de profissionais e de agentes multiplicadores da rede de atenção e proteção às mulheres vítimas de violência (apenas 04 profissionais); Ação 2657: Articulação e monitoramento da rede social parceira.
Garantir recursos no orçamento para funcionamento dos serviços para as mulheres vítimas de violência	Garantir no PPA recursos públicos para implantação e manutenção de serviços e equipamentos de segurança para proteção e defesa das mulheres em situação de violência	--

Eixo: Moradia, Transporte e Saneamento

Documentos analisados: PPA da Secretaria das Cidades e eixo I da CEPM – Autonomia, igualdade de gênero e racial no mundo do trabalho e cidadania.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
Investimento em programas de habitação de interesse social, na área urbana e rural, para famílias de 0 a 3 salários-mínimos, com titulação para as mulheres	Resoluções: 66, 68	Ação 2333: Construção de habitações de interesse social (78.500 famílias beneficiadas – não há informação sobre titulação das mulheres)
Políticas públicas de infra-estrutura urbana e equipamentos públicos necessários à moradia digna	Resoluções: 69	--
- Igualdade de gênero e raça nos espaços de gestão das políticas urbanas; -inclusão e preenchimento do quesito raça/cor nos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas; - produção e democratização de informação sobre desigualdade de gênero/raça no espaço urbano;	--	--
Ampliação da construção e melhoria de moradias e infra-estrutura produtiva no meio rural.	--	--
Regularização fundiária dos terreiros de religiões de matriz africana.	Resoluções: 67	--

Eixo: Trabalho e Previdência Social

Analisadas ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Mulher e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
	<p>I. Orçamento Público para autonomia e igualdade das mulheres no mundo do trabalho</p> <p>Garantir nos PPAs nacional, estadual e municipais os recursos públicos necessários à criação, implantação e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda para as mulheres que assegurem o cumprimento dos seus direitos trabalhistas e previdenciários, a reparação da sua posição desvantajosa e que respeitem as especificidades.</p>	
- Políticas para enfrentar a divisão sexual do trabalho: creches públicas, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes comunitários.	Resoluções: 41, 42, 44 e 45.	Nada previsto.
- Fim da exploração do trabalho das mulheres pelo Estado como mão-de-obra de baixo custo das políticas sociais.	Resoluções: 55.	Nada previsto.
- Estabelecimento de legislação sobre políticas de cotas para acesso ao mercado de trabalho por gênero, raça, geração e favorecer ingresso no mercado de trabalho.	Resoluções: 21, 23, 27, 46, 47. Resoluções 48 a 50: Mulheres em Situação de Violência	Programa 0396 – Autonomia e valorização da Mulher. Ação 2460: Fomento a projetos voltados à inserção da mulher no trabalho e renda, à terra e moradia. (Apoio a 40 Projetos em 4 anos)
- Formação e qualificação profissional adequadas às necessidades e condições das mulheres e que ampliem perspectivas profissionais.	Resoluções: 12, 15, 24.	Nada previsto.
- Apoio a jovens mulheres em carreiras científicas e tecnológicas.	-	Nada previsto.
- Garantir proteção social e trabalhista e coibir práticas ilegais.	Resoluções 57 e 59.	Nada previsto.
- Divulgação de dados pelos centros de referência do trabalhador, por sexo, cor e idade.	--	--

Eixo: Saúde

Analisadas ações da Secretaria de Saúde e Secretaria da Mulher.

O que defendemos (doc do FMPE)	O que aprovamos (II CEPM)	O que ficou no PPA 2008-2011
	III. Orçamento Público para Saúde das Mulheres Garantir nos PPAs nacional, estadual e municipais os recursos necessários à implementação em todo o Estado da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, considerando as especificidades das mulheres (regionais, urbanas e rurais, raciais e étnicas, geracionais, profissionais, de orientação e expressão afetivo-sexual, de condições de saúde, de deficiências, inclusive o albinismo, maternidade...	
- Implementação de políticas para a saúde da mulher, amplas e integrais, para atenção à saúde sexual e reprodutiva, em todas as fases da vida.	Resoluções: 146 e 151.	Ação 2073 – Controle, Prevenção, Assistência e Vigilância Epidemiológica das DST/HIV/AIDS. (57 Municípios)
- Conforme I CNPM, implantar ações de saúde da mulher:	–	--
- Atendimento humanizado ao abortamento	Resoluções: 195-198.	Nada previsto.
- Planejamento familiar e reprodutivo	Resoluções: 181 e 187.	Nada previsto.
- Prevenção da mortalidade materna	Resoluções: 190 e 191.	Programa 0520 – Mãe Coruja. Ação 2161, 2166 e 2168.
- Prevenção e tratamento das DST, Aids, câncer de colo uterino e de mama.	Resoluções: 160 a 164. Resoluções relativas a mulheres soropositivas: 169, 170, 173 e 174. Resoluções relativas a CCU e C. Mama: 176, 179 e 180.	Ação 2089 – Atenção Integral à Saúde da Mulher (CCU, Mama e atenção primária de qualidade) – 201 Municípios. Ação 2073 – Controle, Prevenção, Assistência e Vigilância Epidemiológica das DST/HIV/AIDS. (57 Municípios)
Fortalecimento do SUS		
- Assinar Pactos da Saúde e implantar o PPR e PPI.	Recomendação Geral.	Ação 2077 e 2074 – Fortalecimento da atenção primária. Ação 0521 – Urgências e Emergências (UPA)

- Legalizar e implantar o Programa ACS em todas as comunidades rurais e urbanas e garantir qualificação.	Recomendação Geral.	--
--	---------------------	----

Eixo: Educação

O: EDUCAÇÃO Documentos analisados: PPA da Sec. Educação e Eixo 2 da II CEPM – Educação inclusiva, não-sexista, antirracista e não-lesbofóbica/homofóbica.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
- Efetivação de política pública não sexista, não lesbofóbica, anti-racista e laica; - implementar a Lei 10.639/03;	Resoluções: 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132	Ações: - 2636 (Violência contra a mulher é coisa de outra cultura – 12 seminários realizados em 2008 e 12 atividades entre 2009 e 2011); - 2225 (implantação da política de educação em DH, diversidade e cidadania na Secretaria de educação – 24.000 profissionais capacitados entre 2010 e 2011);
- Implementação do FUNDEB com repasse dos percentuais definidos em lei; - Implantação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional;	Resoluções: 133	--
Cumprimento das diretrizes operacionais da educação básica p/ escolas rurais	Resoluções: 98	--
- Ampliar a participação das mulheres nos 03 níveis de ensino; - Implementar políticas que garantam condições, propostas metodológicas e equipamentos sociais nas escolas rurais e urbanas	Resoluções: 99, 100, 103, 113	--
Cobrar creches, educação infantil e fundamental, ensino médio e profissionalizante nas escolas rurais, urbanas, técnicas e cursos profissionalizantes	Resoluções: 93, 104, 105, 106	Ações: 2832 e 2834 (criação , implementação e manutenção das atividades de centros de ensino médio integrado à educação profissional)
Instituir nas universidades a função de professor/a itinerante para alunos/as universitários com deficiência	Resoluções: 108	--

Eixo: Terra, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional

Documentos analisados: PPA da Sec. de Agricultura e Reforma Agrária e eixo I da CEPM – Autonomia, igualdade de gênero e racial no mundo do trabalho e cidadania.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
Ampliação do crédito para as mulheres camponesas	Resoluções: 33, 34, 36	--
Implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido	--	- 2454 (melhoramento da infraestrutura hídrica rural)
Garantia do direito à terra às mulheres nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro)	Resoluções: 66	--
Reforma Agrária baseada na cooperação, agroecologia e distribuição de renda, com equidade de gênero e raça/etnia	--	Ações: - 0039 (definição da política e supervisão das ações fundiárias – 01 ação supervisionada em 2008 e 03 entre 2009/2011); - 0020 (estruturação de assentamentos); - 0019 (estruturação da malha fundiária do estado)
Intensificação e disseminação das práticas de agricultura urbana	Resoluções: 29	Ações: - 0034 (infra-estrutura de apoio à agricultura familiar e áreas de assentamentos – 11 obras em 2008 e 30 entre 2009/2011); - 0132 (apoio à profissionalização da agricultura familiar) - 2433 (assistência técnica e extensão rural)
Assegurar que os recursos de crédito alocados nos territórios sejam destinados ao fortalecimento da produção familiar agroecológica	--	--
Reivindicação de fomento a fundos rotativos solidários com recursos do orçamento público, garantindo a autonomia da gestão local	--	--
Vigilância sanitária dos alimentos e		Ações: 1487 (ações de inspeção e

monitoramento da contaminação microbiológica garanta alimentos livres de agrotóxico e transgenia	--	fiscalização vegetal)
Política de abastecimento que garanta que as compras públicas de alimentos sejam instrumento de promoção da segurança alimentar	Resoluções: 38,	--

Eixo: Participação Política

Documentos analisados: PPA da Secretaria Especial da Mulher e Eixo 6 da II CEPM – Fortalecimento do controle social.

<i>O que defendemos (doc do FMPE)</i>	<i>O que aprovamos (II CEPM)</i>	<i>O que ficou no PPA 2008-2011</i>
Reivindicação de um sistema de de comunicação equitativo entre público, privado e estatal	--	--
Garantia da laicidade no sistema público de comunicação	--	--
Implementação de políticas de controle social para enfrentar violação de DH pelos meios de comunicação social	--	--
Sistema Judiciário com controle social e participação popular	--	--
Conferências realizadas antes dos PPA e consideradas na elaboração desse	Resoluções: 293	Ações: 2465 (realização de conferência estadual de políticas para as mulheres)
Conselhos com caráter deliberativo aprofundado	Resoluções: 295, 296	Ações: 1242 (atividades do conselho estadual dos direitos da mulher – CEDIM/PE- 01 atividade realizada em 2008)
Criação de mecanismos de interlocução e articulação entre instâncias de participação popular e entre estas e o legislativo	--	--

PPA PERNAMBUCO 2012-2015

Preparando a Incidência do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Como está acontecendo o processo no Estado:

TODOS POR PERNAMBUCO

Processo de elaboração: plenárias regionais (12 regiões) para apresentação de resultados do Governo e proposição de propostas.

- Irá orientar a elaboração do PPA Estadual para 2012 – 2015.

Foram definidas pelo governo estadual **03 áreas estratégicas** para agrupar as propostas:

ÁREA ESTRATÉGICA 1: QUALIDADE DE VIDA

ÁREA ESTRATÉGICA 2: NOVA ECONOMIA

ÁREA ESTRATÉGICA 03: O ESTADO DO FAZER

O processo segue o mesmo método da primeira gestão.

Área Estratégica 1: Qualidade de Vida

Situa as intervenções voltadas para garantir bens e serviços públicos de qualidade a todos os pernambucanos, marcando o compromisso de priorizar as ações que impactam a realidade das pessoas.

- Qualificação da Educação, com ampliação das Escolas de Referência (ensino integral e semi-integral) para 300 unidades em todo o Estado, com cursos profissionalizantes e alfabetização para jovens, adultos e idosos.
- Implantação de 47 novas Escolas Técnicas, fazendo a cobertura de todo o Estado, elevando o número de estabelecimentos para 60 ao final de quatro anos.
- Adequação dos currículos à realidade do meio rural, valorizando o potencial de geração de renda e tecnologias sociais no campo.
- Interiorização da rede de atendimento especializado em saúde, com a construção de mais um hospital regional em Caruaru e dez centros de especialidades regionais.
- Ampliação da rede de consórcios intermunicipais de saúde para compartilhamento de equipamentos e gestão dos recursos para a atenção básica e o atendimento de baixa e média complexidade.
- Fortalecimento dos programas de prevenção e fortalecimento do Programa Estadual de Erradicação – Tuberculose, Hanseníase e Esquistossomose.
- Ampliar o alcance do Programa Pacto Pela Vida, com investimentos em videomonitoramento, Operação Quadrante de Segurança, Programa Governo Presente, interiorização da Polícia Científica e estruturação da Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack.
- Construir novas sedes de Áreas Integradas de Segurança (AIS) e estruturar novas Unidades Integradas de Segurança (UIS) em todo o Interior, permitindo um espaço comum de convivência para as polícias Civil e Militar e, quando possível, o Corpo de Bombeiros.
- Conclusão do Sistema Pirapama para abastecimento de água e programa de saneamento básico da Região Metropolitana do Recife.
- Expansão do financiamento para captação, armazenamento e distribuição em sistemas difusos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, adotando novas tecnologias sociais para cisternas, barragens subterrâneas, açudes e fossas sanitárias.
- Viabilizar a implantação da Adutora do Agreste no PAC II, em parceria com o Governo Federal, abrangendo 62 municípios, para combater o racionamento que afeta mais de 500 mil pernambucanos.
- Implantação dos corredores viários na Região Metropolitana do Recife, nos eixos norte-sul e leste-oeste.
- Expansão das Academias das Cidades para todos os municípios do Estado e construção e entrega de 20 mil unidades habitacionais em todas as regiões.
- Ampliação da atenção à criança e ao adolescente, com a integração de diversos programas voltados para o acesso à cultura, esportes, lazer, inclusão social, formação profissional e prevenção da violência.
- Expansão dos programas específicos de saúde da mulher e idosos, continuidade das ações de

capacitação profissional para inclusão socioeconômica e fortalecimento das campanhas regulares de combate à violência doméstica e ao preconceito sexista, de raça e opção sexual.

- Instituição de um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, construído com a comunidade esportiva e acadêmica.

Área Estratégica 2: Nova Economia

Reúnem-se os eixos que configuram o modelo de desenvolvimento sustentável em implantação, gerando oportunidades de inclusão produtiva e Distribuição de renda, ampliando e qualificando os padrões de produtividade e competitividade da economia pernambucana.

Implementação de uma abordagem do desenvolvimento regional – territorial, integrada e participativa – nas regiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, com o propósito de contribuir para o equilíbrio socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

- Fomentar a produção, o beneficiamento e a justa comercialização dos produtos da agricultura familiar, economia solidária, microempresas, associações e cooperativas, através de apoio a centros de comercialização, linhas especiais de crédito e assistência técnica. Definição e implantação da política de compras governamentais, priorizando fornecedores com esta configuração.
- Viabilização da estrutura logística para aproveitamento do traçado da Ferrovia Transnordestina, com destaque para o Polo Logístico Multimodal em Salgueiro.
- Melhorias na infraestrutura do Porto de Suape, através da modernização das instalações físicas e consolidação do Porto do Recife como terminal de passageiros e plataforma para o turismo de cruzeiros, estruturando um polo prestador de serviços e de lazer.
- Implantação do Programa Pernambuco Digital, permitindo o acesso gratuito à banda larga para as comunidades situadas no entorno dos prédios públicos. Rede de inclusão digital e cidadania, lastreada em infraestrutura de fibra ótica e sistema de micro-ondas, integrando provedores regionais de acesso.
- Pavimentação e restauração das rodovias em todo o território estadual.
- Implantação da Rede da Economia Criativa, com infraestrutura e incentivos para suporte a empreendimentos com potencial decorrente da tradição cultural, design, audiovisual e multimídia, gerando ambiente favorável à inovação, agregando valor à produção de bens e serviços.
- Formulação e implantação do Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento dos Efeitos de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos, com foco em inundações, deslizamentos de morros e avanço do mar. Montagem da rede meteorológica do Estado, com aquisição de radares meteorológicos que permitirão uma resposta mais rápida no caso de chuvas intensas.

Área Estratégica 03: O Estado do Fazer

Abrange a estruturação e a profissionalização da administração pública estadual, tornando-a capaz de gerar resultados para a sociedade, por meio da entrega efetiva de bens e serviços, destacando a responsabilidade fiscal e o Modelo Integrado de Gestão.

- Assinatura dos pactos de resultados para estabelecimento de metas junto à sociedade.
- Implantação operacional e aperfeiçoamento do Modelo Integrado de Gestão, com o desenvolvimento de novos recursos e funcionalidades.
- Aprimorar as políticas de gestão de pessoas e valorização dos servidores.

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife, Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira por meio da promoção da igualdade de gênero com justiça social e ambiental. A ação do SOS CORPO tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS CORPO, a luta contra as desigualdades econômicas, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.

www.soscorpo.org.br

SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 Madalena - Recife PE Brasil
Fone 55 (81) 3087.2086 | Fax 55 (81) 3445.1905
E-mail: sos@soscorpo.org.br

Rivane Arantes é especialista em Direitos Humanos, advogada, educadora e pesquisadora do SOS Corpo.

Verônica Ferreira é mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, pesquisadora e educadora do SOS Corpo.